

## **Para que educar? Notas spinozanas sobre o mito da finalidade**

*Juliana Merçon<sup>1</sup>*

### **Resumo**

O desejo é o começo dos fins, diria-nos Spinoza. O que imaginamos ser causa final é na verdade causa eficiente. Esta confusão nasce do fato de que somos conscientes de nossos esforços ao mesmo tempo que ignoramos o que nos move. Por desconhecermos os afetos que configuram a cada momento o nosso desejo ou conatus, sentimo-nos movidas pelo que ainda irá se concretizar, indiferentes à concretude de nossa presente trama afetiva. Empenhos rumo à realização de modelos universalizantes, como os que muitas vezes são erigidos pela educação, distraem-nos da tarefa de pensar o presente. Da atenção ao desejo, talvez surjam modelos... Estes, porém, por serem singulares, transitórios e intrasferíveis, podem vir a promover o exercício das potências que são próprias de quem os cria.

Palavras-chave: Finalidade. Moral. Ética. Modelo.

### **Abstract**

Desire is the beginning of ends, Spinoza would say. What we imagine to be the final cause is in fact efficient cause. This confusion emerges from the fact that we are aware of our striving while we ignore what moves us. Since we do not know the affects which configure our desire or conatus at each moment, we feel that we are driven by what is still to be actualised, remaining indifferent to the actuality of our present affects. The effort invested in the realisation of universalising models, such as those erected by education, distract us from the task of thinking about our present. A certain attemptiveness to our desire might also engender some models... These, however, would be singular, provisory, non-transferable, and might even foster the powers to act of those who create them.

Keywords: Finality. Morality. Ethics. Models.

### **Introdução**

A filosofia de Benedictus de Spinoza (1632-1677) cativa-nos ao passo que desafia-nos a um pensar outro. Se, em seu tempo, a igualação de Deus à natureza, força imanente e jamais eminente, escandalizou a muitos, hoje, não é tanto a imagem de Spinoza como herege que move nossa atenção, mas o que ainda, em nossos dias, suas idéias inauguram, inspiram, ensinam. Se pensar spinozamente for possível, hoje como em qualquer outra época, não pode significar outra coisa que um pensar próprio, auto e co-potencializador. Isto porque, para Spinoza, o pensamento sempre tece-se com as linhas das relações que nos constituem, é

expressão de nossa configuração afetiva, de nossa potência para afetar e ser afetada. As notas que seguem vocalizam, portanto, algo de meu encontro com Spinoza, derivam de um exercício de pensar dentro e fora de suas idéias, nas fronteiras desta relação.

Pouquíssimos estudos que aproximam Spinoza e Educação foram publicados até o momento. Apesar de sua imensa força filosófica e do crescente número de pesquisadores que estimula, talvez por não ter formulado uma teoria da educação, Spinoza é raramente lembrado entre educadores. Desde o interior deste campo ainda tão pouco explorado, tenho dedicado-me a produzir novos sentidos para a educação a partir dos instrumentos conceituais que Spinoza nos oferece<sup>2</sup>. Atravessando a leitura que faço de sua obra, uma tensão persiste: o aprendizado ético-afetivo que só pode ser realizado por potências singulares jamais equivale à educação organizada através de poderes morais. Entendida como parte dos esforços do corpo político para continuar existindo, ou seja, como conatus da coletividade, a educação exerce uma dupla função: age, por um lado, tentando promover encontros que nos aproximem de nossas potências para pensar e, por outro, disseminando afetos passivadores que geram coesão por meio de medos/ameaças e esperanças/recompensas. Os caminhos morais que a educação prepara ao visar o bem comum, embora possam cruzar e até mesmo incitar nossa caminhada ética, por não serem traçados por nossas próprias potências e por elas tornados vivos, permanecem em sua exterioridade, incapazes de realizar o bem maior, o que cada uma somente pode fazer por si: pensar.

Como incansável denunciador das paixões tristes, dos afetos passivadores que nos mantém escravizadas a poderes alheios, Spinoza expõe os mecanismos imaginativos que sustentam vários mitos ou ilusões que afetam-nos de tristeza, distanciando-nos de nossas próprias forças. A educação, este fértil 'campo mitológico', sustenta seus poderes morais em mitos diversos, entre eles: o mito da falta que provê supostas respostas ao por que educar; o mito do método que responde ao como educar; e o mito do fim que nos indica alguns para quês da educação. Estes construtos imaginativos justificam as operações do educar, legitimam suas estruturas curriculares, a forma como divide o tempo, o espaço, os protagonistas do jogo educativo. Talvez a crítica spinozana ao telos ou finalidade que projetamos na natureza e in-questionamos em nossos movimentos cotidianos nos permita pensar algo sobre a educação. Esta intuição me levou a escrever as notas que seguem.

## **O começo dos fins**

Spinoza dedicou-se, direta e detidamente, à tarefa de desconstruir a ilusão do fim. Após ter demonstrado, na primeira parte da *Ética*<sup>3</sup>, a necessidade absoluta que rege a produção de todas as coisas como efeitos da causalidade eficiente imanente da substância ou Natureza, o filósofo escreveu um apêndice no qual analisa como a imaginação coloca obstáculos à compreensão da ontologia que havia descrito. Esses obstáculos imaginativos concernem, centralmente, ao mito da finalidade: a idéia de que existe um objetivo ou fim ao qual as coisas se direcionam. As

superstições finalistas, diz-nos Spinoza, não nos permitem compreender que Deus, isto é, a Natureza não age pela liberdade de sua vontade, mas por sua infinita potência.

Os homens pressupõem, em geral, que todas as coisas naturais agem, tal como eles próprios, em função de um fim, chegando até mesmo a dar como assentado que o próprio Deus dirige todas as coisas tendo em vista algum fim preciso, pois dizem que Deus fez todas as coisas em função do homem, e fez o homem, por sua vez, para que este lhe prestasse culto.

Spinoza sugere que a idéia de que a Natureza age em função de um fim é uma projeção humana: por sermos movidas por fins, imaginamos que a Natureza também seja. Mas não seríamos nós próprias parte da Natureza? Por que, então, seríamos nós movidas por fins enquanto tudo o mais não? O que explica que façamos tais projeções? Por termos nascido ignorantes das causas das coisas e tendermos a buscar o que nos potencializa, estando conscientes deste esforço, segue que 1. cremo-nos livres, por ignorarmos as causas de nossos apetites e, 2. por sermos conscientes de nosso esforço, julgamos que agimos por causas finais. A ilusão de que não somos determinadas, isto é, de que somos livres para agir conforme escolhe a nossa vontade, une-se, assim, à ilusão de que nossa suposta liberdade direciona-se a um fim. Imaginamos, desta forma, que somos movidas pelos fins que escolhemos e não pelas causas que nos determinam. Imaginamo-nos movidas por uma vontade soberana, como se nosso desejo ou conatus não fosse o efeito de uma história de associações afetivas, como se fôssemos, enfim, um império em um império. Os mitos da vontade livre e da finalidade encarnados na vivência humana são, então, diz-nos Spinoza, projetados no restante da Natureza, a ponto de muitas imaginarem um Deus personificado, um criador cuja vontade governa os atos humanos e os fenômenos naturais em função de fins.

Na educação, o mito da finalidade opera em complementaridade com as noções de falta e método, constituindo, com estas e outras construções sócio-imaginativas, um complexo sistema moral<sup>4</sup>. Apoiando-se na divisão que instaura entre sabedoras e ignorantes, a educação apresenta-se como detentora privilegiada de um suposto saber capaz de proporcionar o que é melhor para todas, estabelece os meios através dos quais este saber será alcançado e transforma-o em uma meta ou fim ao qual todas devem direcionar-se. É importante esclarecer que, embora estejamos nos referindo à aquisição de um conjunto de conhecimentos como o fim explícito ao qual o processo educativo tende, os julgamentos que derivam deste fim não se limitam a predicar o falso e o verdadeiro, mas envolvem variadas esferas do agir das educandas. As categorias epistêmicas são inseridas em um sofisticado regime moral, onde o certo e o errado são efeitos de comparações que possuem como norma não apenas um ideal de saber, mas, indissociavelmente, um padrão de poder. O saber-poder que se estabelece como fim da educação corresponde ao modelo de natureza humana que se busca replicar.

Um modelo de natureza humana é um exemplo de uma categoria mais ampla de

idéias exemplares, cada uma das quais cria um padrão com base no qual julgamentos de valor são feitos. Consideremos a origem de um julgamento sobre a perfeição de alguma coisa. Segundo Spinoza, para julgarmos a perfeição da coisa geralmente evocamos a idéia do fim para o qual a coisa foi feita. Rosenthal (2002, p. 212) sugere que Spinoza deriva a relação entre a noção de perfeição e fim da própria raiz etimológica da palavra perfeição em latim: *perficere* ou *per ficere*. Assim, diz-nos Spinoza, “quem decidiu fazer alguma coisa e a concluiu, dirá que ela está perfeita, e não apenas ele, mas também qualquer um que soubesse o que o autor tinha em mente e qual era o objetivo de sua obra ou que acreditasse sabê-lo” (EIV Pref.). A idéia é de que quando algo está completo, e o fim a que se dispôs o autor da obra é realizado, então pode-se dizer que a coisa está perfeita. Sendo assim, exemplifica Spinoza, quando uma pessoa deseja construir uma casa, ela a considerará perfeita quando estiver completa de acordo com o seu plano original. Outra pessoa, porém, não conhecendo as intenções de quem a construiu, não poderá julgar se o trabalho está perfeito ou não. Neste sentido, um julgamento de valor é vinculado não ao modelo ou exemplar como uma categoria ampla, mas a um trabalho específico e seu estágio de completude.

Tão logo as pessoas desejem julgar as coisas sem conhecer as intenções das autoras destas coisas, categorias amplas são criadas e estas passam a subsumir julgamentos específicos sob suas noções mais gerais. Esta é a estrutura de uma idéia exemplar para Spinoza: uma idéia universal que funciona como um modelo, com base no qual julgamentos de valor são efetuados. Embora a noção de fim torne-se menos óbvia neste caso, ela ainda se faz fortemente presente pois a idéia universal à qual as coisas tendem passa a ser ela mesma a finalidade das ações. Spinoza coloca:

Mas, desde que os homens começaram a formar idéias universais e a inventar modelos de casas, edifícios, torres, etc., e a dar preferência a certos modelos em detrimento de outros, o que resultou foi que cada um chamou de perfeito aquilo que via estar de acordo com o modelo que tinha concebido, ainda que, na opinião do artífice, a obra estivesse plenamente concluída (EIV Pref.).

O significado de ‘perfeito’ refere-se aqui, portanto, não mais a um julgamento da completude de uma coisa, mas a um julgamento abstrato orientado à conformidade ou não de uma coisa a uma idéia universal tomada como modelo. A perfeição e a imperfeição indicam, na realidade, “modos do pensar, isto é, noções que temos o hábito de inventar, por compararmos entre si indivíduos da mesma espécie ou do mesmo gênero” (EIV Pref.). As comparações tomam por base um exemplar ou modelo, o qual define-se como uma meta abstrata rumo à qual indivíduos ou coisas de um certo tipo devem se orientar para que se tornem perfeitos. Um modelo é, portanto, um fim que orienta as ações, um padrão a ser imitado e a partir do qual os indivíduos ou coisas são julgados.

O mesmo processo ocorre em um julgamento sobre se uma coisa é ‘boa’ ou ‘má’. Vimos que Spinoza define estes termos tomando como base a utilidade das coisas

para cada indivíduo: o que é útil para uma pessoa, isto é, o que aumento sua potência de pensar e agir, talvez não o seja para outras ou para a mesma pessoa em um outro momento.

Quanto ao bem e ao mal, também não designam nada de positivo a respeito das coisas consideradas em si mesmas, e nada mais são do que modos do pensar ou de noções que formamos por compararmos as coisas entre si. Com efeito, uma única e mesma coisa pode ser boa e má ao mesmo tempo e ainda indiferente (EIV Pref.).

O modelo atua, justamente, transformando as avaliações subjetivas, daquilo que somente nós mesmas podemos conceber como útil ou não para nós, em julgamentos movidos por uma idéia universalizada do bem e do mal. Sabemos que, para Spinoza, as idéias universais abstratas são idéias inadequadas, produzidas quando somos afetadas pelas idéias de muitos outros corpos sem que nosso pensamento retenha suas inúmeras diferenças (EII P40 Esc.1). A adoção de modelos ou universalizações inadequadas é problemática uma vez que nossas ações passam a ser orientadas por um fim que se pretende útil para nós, mas que não expressa de fato um conhecimento de nossa singularidade. Ademais, ao fazer com que nos dirijamos rumo a uma imagem alheia que não exprime, necessariamente, o que nos é mais útil, o modelo que baseia-se em idéias universais abstratas tem por efeito o afastamento da busca daquilo que, a partir de nosso próprio pensar ativo, concebemos como o que mais nos potencializa. Neste sentido, os modelos revertem-se em fins políticos e morais, nos quais apoiam-se os julgamentos dos poderes institucionais que atuam constituindo subjetividades passivizadas. Modelos como estes são, precisamente, os fins produzidos pelos esforços educativos do corpo-mente social e aos quais tendem os indivíduos que obedecem seus poderes.

### **Singularizando modelos**

Considerando a crítica aos modelos que assentam-se sobre generalizações inadequadas, pode afetar-nos com certa surpresa o fato de que Spinoza não dispense em sua ética termos como bem e mal, ou a própria noção de modelo. O filósofo sustenta que

devemos ainda conservar esses vocábulos. Pois como desejamos formar uma idéia de homem que seja visto como um modelo da natureza humana, nos será útil conservar esses vocábulos (...). Assim, por bem compreenderei aquilo que sabemos, com certeza, ser um meio para nos aproximarmos, cada vez mais, do modelo de natureza humana que estabelecemos. Por mal, por sua vez, compreenderei aquilo que, com certeza, sabemos que nos impede de atingir esse modelo (EIV Pref.).

Mas que espécie de “modelo da natureza humana” desejamos estabelecer? Poderia

algum modelo impelir-nos a um encontro com nossas próprias forças ao invés de afastar-nos delas? No Tratado da correção do intelecto, Spinoza também refere-se, indiretamente, à noção de modelo ao colocar que concebemos uma natureza humana mais potente ou firme que a nossa em direção à qual concentramos nossos esforços. Embora nada possa, considerado em sua natureza, ser dito perfeito ou imperfeito, estabelecemos como fim ou modelo uma natureza humana mais forte e sentimos-nos incitados a buscar os meios que nos conduzam a tal perfeição (TCI, 13). Nas linhas que seguem, investigaremos o que Spinoza indica ao propor que mantenhamos a noção de modelo, buscando delinear o sentido desta noção em um aprendizado afetivo. Veremos que o fim a que aspiramos em um devir ético deriva de uma atenção àquilo que nos potencializa, ou seja, é construído por nosso próprio desejo ativo.

Recordemos que a noção de natureza humana para Spinoza não se refere a um gênero abstrato e universal. A natureza que define cada ser humano, isto é, sua essência ou potência, é sempre singular. Por conseguinte, um fim que venha a participar de um devir ético, incitando-nos a atualizar uma natureza mais potente ou perfeita, não é concebido com base em idéias universais ou poderes alheios, mas considera que “a perfeição das coisas deve ser avaliada exclusivamente por sua própria natureza e potência” (El Apêndice). Desta maneira, o que se apresenta como causa final passa a coincidir com o que, de fato, é: causa eficiente.

Quanto à causa que chamam final, não se trata senão do próprio apetite humano, enquanto considerado como princípio ou causa primeira de alguma coisa. Por exemplo, quando dizemos que a causa final desta ou daquela casa foi a habitação, certamente não devemos compreender, por isso, senão que um homem, por ter imaginado as vantagens da vida doméstica, teve o apetite de construir uma casa. É por isso que a habitação, enquanto considerada como uma causa final, nada mais é do que este apetite singular, que, na realidade, é uma causa eficiente, mas que é considerada como primeira, porque, em geral, os homens desconhecem as causas de seus apetites (EIV Pref.).

Neste sentido, no aprendizado de nossas próprias forças, a compreensão de como é determinado nosso apetite e a atenção àquilo que nos potencializa permitem que os fins que estabelecemos para nós mesmas não se suponham causas, forças que movem-nos isoladamente, pois os concebemos como efeitos de nosso desejo. Assim como o desejo não nasce da falta, também não é fruto do fim, mas, ao contrário, determina-o. Como produção imanente ao conjunto de forças das quais somos partes, nosso desejar passivo confunde ausência e objetivo com o que o define. Da mesma forma como imaginamos que somos movidas por aquilo que não somos ou não possuímos, temos a ilusão de que nos move algo a ser atingido: aquilo que deveríamos ser ou possuir.

A atenção às causas ou à história das associações afetivas que determinam nosso desejar permite-nos compreender que o fim que estabelecemos em um viver ético não passa de um modelo provisório e jamais generalizável. O que se apresenta,

neste momento, como um modelo de natureza mais potente ou um exemplar de vida que pretendemos atualizar é um efeito de nosso estado conativo atual e, por este motivo, não corresponde, necessariamente, ao que desejamos no passado ou desejaremos em outros tempos. Ao transformar-se em função dos afetos que vivencia, a configuração corpóreo-mental que somos determina-nos a criar novos fins – os quais, em um desejo ativo, correspondem ao que percebemos, através de nosso pensar, como aquilo que mais aumentará nossas potências. Dada a singularidade de nossas forças para afetar e ser afetadas, para compreender o arranjo afetivo único que nos determina, os fins provisórios os quais imaginamos e aos quais nos orientamos em um viver ético não são transferíveis, isto é, não atuam como um modelo para outras. Isto porque sua força reside, justamente, no fato de ser uma expressão singular de nossas próprias potências de compreender como nos integramos à rede que nos determina e de pensar o que virá a contribuir para a expansão de nossas forças. A criação de um modelo ético ao qual aspiramos só pode ser, portanto, o resultado dos esforços de cada uma. Sua generalização implicaria sua própria dissolução como fim ético e conversão em modelo moral.

A finalidade concebida em um ensinar e em um aprender que acontecem eticamente associa-se, portanto, não a um modelo estático que deve ser alcançado ao término de um processo pré-fixado, mas a expressões de nossa potência que modificam-se com nosso entendimento e desejo. O fim, sempre provisório e singular, é tomado como o que verdadeiramente é: um efeito de nosso desejo ou conatus, de nossos esforços para atualizar e expandir nossas potências. Se concordamos com Spinoza que o bem mais valioso ao qual podemos almejar é o pensar ativo e o partilhar deste pensar com outras, o fim de um ensinar e de um aprender éticos configura-se, a cada momento, como uma imagem de como chegamos a vivenciar o pensar com outras. A expansão coletiva de nossas potências constitui, ao mesmo tempo, o início, o meio e o fim da ética.

## **Referências bibliográficas**

ROSENTHAL, Michael A. Why Spinoza chose the Hebrews: the exemplary function of prophecy in the Theological-Political Treatise. In: Segal, Gideon. & Yovel, Yirmiyahu. (Eds). Spinoza. Burlington: Ashgate, Dartmouth, 2002, p. 465-500.

SPINOZA, Benedictus de. Tratado da correção do intelecto. Coleção Os Pensadores. Tradução de Carlos Lopes de Mattos. São Paulo: Abril Cultural, 1660/1997.

SPINOZA, Benedictus de. Ética. Edição bilíngue latim/português. Tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 1677/2007.

## **Notas de fim**

1. Doutoranda em filosofia pela Universidade de Queensland, na Austrália,

doutora em educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ex-integrante do Projeto Filosofia na Escola da Universidade de Brasília, permaculturista, ama banho de rio, andar de bicicleta e contemplar o por-do-sol.

2. O maior fruto deste empenho foi minha tese de doutoramento: Aprendizado ético-afetivo. Uma leitura spinozana da educação. Orientada por Walter Kohan e defendida no âmbito do programa de pós-graduação em educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 2007.
3. As cinco partes que compõem a Ética serão indicadas por algarismos romanos (EIV para se referir à quarta parte da Ética, por exemplo); P indicará proposição; A axioma; Dem. demonstração; Cor. corolário; Def. definição; L lema; Post. postulado; Pref. prefácio; Esc. escólio; Apênd. apêndice. A abreviação TCI designa a obra Tratado da Correção do Intelecto e a numeração que a acompanha indica o parágrafo citado.
4. A discussão destes dois outros mitos (da falta e do método) é apresentada em minha tese de doutoramento (referenciada na nota 1).